



**CÂMARA DE ATIVIDADES MINERÁRIAS**  
**Ata da 18ª reunião, realizada em 22 de dezembro de 2017**

1 Em 22 de dezembro de 2017, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades  
2 Minerárias (CMI), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e  
3 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os  
4 seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente Renato Teixeira  
5 Brandão, representante da SEMAD. Representantes do poder público:  
6 Guilherme Augusto Duarte de Faria, da Secretaria de Estado de  
7 Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior  
8 (Sedectes); Letícia Capistrano Campos, da Secretaria de Estado de Governo  
9 (Segov); Verônica Ildfonso Cunha Coutinho, da Secretaria de Estado de Casa  
10 Civil e de Relações Institucionais (Seccri); Paulo Eugênio de Oliveira, da  
11 Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig).  
12 Representantes da sociedade civil: Paula Meireles Aguiar, do Instituto Brasileiro  
13 de Mineração (Ibram); Ricardo Goulart Castilho de Souza, do Sindicato da  
14 Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindiextra); Fabiana Aparecida  
15 Garcia, da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado  
16 de Minas Gerais (Federaminas); Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, do  
17 Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas  
18 (Fonasc); Evandro Carrusca de Oliveira, do Centro Federal de Educação  
19 Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG); Newton Reis de Oliveira Luz, do  
20 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea). **Assuntos em pauta. 1)**  
21 **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional  
22 Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Renato Teixeira Brandão declarou  
23 aberta a 18ª reunião da Câmara de Atividades Minerárias. **3) COMUNICADOS**  
24 **DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheira Maria Teresa  
25 Viana de Freitas Corujo: “O nosso primeiro comunicado, para constar em ata, é  
26 que no dia 14 nós enviamos um e-mail sobre a questão do retorno de vista com  
27 as considerações a respeito, principalmente o fato de que na última reunião  
28 desta Câmara, no dia 12, foi justificada como legal a disponibilização do Parecer  
29 Único da Anglo American no dia 7. Foi disponibilizado no site em torno das 5h  
30 da tarde ou 4h30 da tarde. E que era legal disponibilizar no dia 7, para uma  
31 reunião no dia 11. Que os cinco dias delimitados no âmbito do Regimento  
32 Interno estavam configurados dessa forma. Com essa premissa, o Fonasc  
33 requereu, então, que os pareceres de vista pudessem ser enviados no domingo,  
34 dia 17, porque eles poderiam ser disponibilizados no dia 18, que configuraria os  
35 mesmos cinco dias, que o Estado entendeu legal a disponibilização do Parecer  
36 Único. Lamentavelmente, apesar de duas reiteraões, nós tivemos a resposta  
37 no sentido de que seria uma exceção. Isso veio por parte de um e-mail do

38 secretário adjunto, que diz que, excepcionalmente, seria permitida a entrega.  
39 Diante desse fato, o Fonasc avaliou, e nós informamos ao Estado que o que o  
40 Fonasc requereu não foi uma exceção ao Regimento Interno, porque nós  
41 entendemos que o que o Regimento estabelece é para ser respeitado. Então,  
42 diante da resposta do Estado, o Fonasc enviou o seu parecer de vista no dia 15.  
43 Então, queremos registrar que é fundamental que haja um posicionamento  
44 jurídico definitivo sobre as questões do prazo. Porque em outras Câmaras  
45 Técnicas existem diferentes formas e prazos de serem entregues pareceres de  
46 vista. O Fonasc entende que vem sendo lesado no seu direito de preparar e  
47 analisar, com critério, os licenciamentos. Então, o Fonasc está requerendo um  
48 posicionamento jurídico sobre a questão de prazos de retorno de vista, porque  
49 têm havido entendimentos com falta de equidade em relação a essa questão.  
50 Um segundo informe tem a ver com duas demandas do Fonasc. Elas foram  
51 feitas no dia 19. Uma se referia a um requerimento sobre espaço para esta  
52 reunião, para que o direito à participação de todos em reunião pública fosse  
53 garantido ou disponibilizado outro espaço. O outro requerimento do dia 19, do  
54 Fonasc, foi: conforme o artigo 38 do Regimento Interno, que estabelece que  
55 poderão ser convidadas pelo presidente das estruturas colegiadas do COPAM,  
56 para participar das reuniões, com direito a voz e sem direito a voto, pessoas e  
57 instituições relacionadas à matéria constante da pauta, o Fonasc requereu que  
58 fosse convidada a Sra. Ana Flávia Moreira Santos, do Gesta/UFMG, para  
59 prestar esclarecimentos técnicos sobre questões afetas ao processo de  
60 licenciamento da Anglo American. O Fonasc registra que, lamentavelmente,  
61 nenhum dos dois requerimentos do Fonasc, que integra esta Câmara, sequer foi  
62 respondido. O Fonasc entende como muito grave, porque essas Câmaras são  
63 Câmaras Técnicas do COPAM. Então, se algum integrante dessas Câmaras ou  
64 de outras unidades do COPAM envia requerimento, solicitação, pedido de  
65 informe, no mínimo, o que se espera é que seja respondido. E por último eu  
66 tenho um informe por demanda de pessoas de Paracatu muito preocupadas  
67 com o rio Santa Catarina. Eu reparei só alguns slides. Eles solicitaram que eu  
68 trouxesse a esta Câmara uma grave questão envolvendo o rio Santa Catarina,  
69 em Vazante. A situação é tão grave que, em julho, houve uma visita por parte  
70 de integrantes do CBH Paracatu. Algumas fotos que nós recebemos estão aí.  
71 Existe uma questão que envolve dolinas, abatimentos, secamento completo de  
72 cursos d'água. Inclusive, uma foto de um furo desses dolinamentos no rio, que  
73 secou o rio, e os peixes mortos. Além do que eles me mandaram – porque eles  
74 fizeram uma apresentação no CBH Paracatu –, tem um trecho completo do rio  
75 Santa Catarina, em Vazante, totalmente seco. E a área que pertence à  
76 Votorantim Metais é, precisamente, na área onde tem essa questão do rio seco  
77 e uma quantidade de dolinamentos, uma situação muito grave. Existem novas  
78 dolinas, que acontecerem neste ano, novos pontos. Houve uma reunião com o  
79 Ministério Público em junho deste ano, que teve como proposta que fosse,  
80 então, realizada uma Avaliação Ambiental Integrada, com estudos de dados

81 geológicos e hidrogeológicos referentes a essa região onde o empreendimento  
82 está inserido, incluindo sua área de influência, correlacionando os possíveis  
83 impactos do empreendimento com a seca do rio Santa Catarina, e avaliação da  
84 interferência do atual cenário de crise hídrica. No CBH Paracatu, o  
85 encaminhamento que foi tratado lá é: ‘Embora todas as explicações realizadas  
86 pela Votorantim Metais identifiquem, exclusivamente, o problema da estiagem e  
87 crise hídrica, é necessário fazer uma análise mais temporal, considerando todo  
88 o ciclo de vida da empresa e as relações entre o histórico de aparecimento de  
89 dolinas na área de influência do empreendimento e sua operação. É preciso  
90 também que haja o escoamento normal do leito do manancial hídrico. Só assim  
91 haverá recomposição do desenvolvimento da vida aquática em toda a extensão  
92 do manancial, que é fundamental para a minimização dos impactos da  
93 mineração, que estão sendo agravados pela crise hídrica. Eu quero que conste  
94 em ata, na íntegra, esse comunicado, que nós, Fonasc, estamos atendendo ao  
95 pedido de muitas pessoas na região, preocupadas com essa grave situação em  
96 Vazante.’ Presidente Renato Teixeira Brandão: “Com relação à questão dos  
97 prazos, foi feito um e-mail da assessoria com o entendimento da Secretaria, o  
98 entendimento jurídico, colocado e que vem sendo adotado em todas as  
99 reuniões deste Conselho. Então, eu só queria registrar que o entendimento que  
100 está sendo aplicado no caso desse parecer é o mesmo que vem sendo aplicado  
101 durante toda a tramitação dos processos em todas as Câmaras deste Conselho.  
102 Então, não tem dois entendimentos, é um entendimento só que está sendo  
103 aplicado. Cada prazo no Regimento é contado a partir de um artigo específico, e  
104 foi colocado no e-mail como isso é colocado.” Vânia Mara de Souza Sarmiento,  
105 assessora dos Órgãos Colegiados/SEMAD: “Como já colocado na reunião  
106 anterior, senhor presidente, a questão do processo, ele foi colocado em tempo  
107 regimental para uma reunião extraordinária. O Regimento Interno, que é a DN  
108 COPAM 177/2012, esclarece que o prazo para a pauta extraordinária é contado  
109 do dia da publicação à data da sua reunião. Então, se o parecer foi  
110 disponibilizado no dia 7, e a reunião é no dia 11, entendemos, juridicamente,  
111 que o prazo foi respeitado. A convocação anterior é porque, além do item citado  
112 pela conselheira, tinha outros itens de pauta também. Mas foi respeitado o  
113 prazo regimental para inserção de documentos. Eu, particularmente, como  
114 secretaria executiva, desconheço que outras Câmaras tenham tido prazos  
115 privilegiados. Então, se a conselheira quiser, ela pode encaminhar para nós  
116 algum caso concreto, para que possamos até responder. Eu, particularmente, à  
117 frente da secretaria executiva, desconheço. Agora, com relação aos demais  
118 prazos, eu vou pedir ao Dr. Lucas Alpoim, que é da assessoria jurídica do  
119 Gabinete, para dar a resposta.” Lucas Alpoim de Araújo, da assessoria do  
120 Gabinete da SEMAD: “No que toca ao prazo para a disponibilização das  
121 manifestações à sociedade como um todo, a todos os conselheiros, o  
122 precedente jurídico que a conselheira solicitou foi dado no e-mail. Ela nos  
123 questionou, gostaria de uma consulta jurídica que respondesse qual será o

124 prazo, afim de uniformizar o entendimento, a interpretação a respeito da  
125 contagem, se vai incluir o prazo também da data da reunião ou não. E no e-mail  
126 foi colocado, de forma clara, até que houve uma consulta jurídica por parte da  
127 secretaria executiva, que o prazo para disponibilização das manifestações não  
128 inclui o dia da reunião. Foi dito até, excepcionalmente, para a conselheira, que  
129 ela poderia – dada a exiguidade do prazo a que ela teria acesso aos  
130 documentos –, excepcionalmente, se manifestar em um domingo. E a  
131 excepcionalidade se deve porque a Lei do Processo Administrativo do Estado  
132 prevê que os atos processuais serão praticados de segunda a sexta-feira.  
133 Então, houve uma concessão por parte da secretaria executiva, afim de  
134 contemplar o interesse da conselheira, de que ela tivesse mais tempo para se  
135 manifestar, sem prejudicar o prazo dos demais conselheiros de tomarem  
136 conhecimento do conteúdo de voto e manifestação, que seria o prazo de cinco  
137 dias, que é o prazo regimental.” Vânia Mara de Souza Sarmiento, assessora dos  
138 Órgãos Colegiados/SEMAD: “Só lembrando que foi uma discricionariedade do  
139 secretário executivo do COPAM, que é o secretário de Estado adjunto aqui  
140 presente, o Dr. Anderson, que entendeu também as colocações do e-mail e  
141 trouxe essa excepcionalidade.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas  
142 Corujo: “Aproveitando que tem a assessoria jurídica, o prazo para entrega,  
143 envio, disponibilização de documentos à sociedade qual é?” Lucas Alpoim de  
144 Araújo, da assessoria do Gabinete da SEMAD: “Lucas, assessoria do Gabinete.  
145 A assessoria jurídica da SEMAD é um órgão apartado. O meu entendimento é  
146 que o prazo é de cinco dias, anterior à data da reunião. Então, em tese, o dia de  
147 hoje, o dia da reunião, não poderia contar, porque é impraticável que o  
148 conselheiro tenha conhecimento e venha, se prepare, a sociedade tenha  
149 conhecimento, computando o dia de hoje como válido para fins de, realmente,  
150 dar conhecimento.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Então,  
151 está confirmado o entendimento do Fonasc de que não existe equidade.  
152 Reparem. Para quem não está sabendo da história. Se é ‘cinco dias’ não  
153 contando o dia da reunião, o Parecer Único sobre a Anglo American, para a  
154 reunião do dia 11, não poderia ser disponibilizado no dia 7. Porque dia 7: sete,  
155 oito, nove, dez, onze. O que o Fonasc está requerendo ao Estado é que, se tem  
156 um único Regimento, e que o âmbito da disponibilização de documentos é  
157 regido por um determinado artigo, qual a razão de haver entendimentos na  
158 disponibilização de documentos? Em relação à convocação, é colocado que a  
159 convocação conta o dia do envio e conta o dia da reunião. No âmbito da  
160 disponibilização de documentos, o Regimento não tem distinção. O que o  
161 Fonasc está querendo é o entendimento, qual é, realmente, o entendimento  
162 jurídico. Você não respondeu. É ‘cinco dias’ para disponibilização de  
163 documentos à sociedade, sem contar o dia da reunião.” Vânia Mara de Souza  
164 Sarmiento, assessora dos Órgãos Colegiados/SEMAD: “Senhora conselheira,  
165 nós estamos falando de dois prazos. Eu vou pedir até ao Dr. Yuri, que está com  
166 o Regimento Interno aberto, para poder nos esclarecer. Lembrando que o

167 Regimento Interno é aprovado pelo Conselho Estadual de Política Ambiental,  
168 não é um ato isolado da Secretaria, ele foi amplamente divulgado, amplamente  
169 discutido, inclusive no Plenário do COPAM e em todas as unidades colegiadas  
170 do COPAM. Eu vou pedir ao Dr. Yuri, então, que faça a leitura de onde estão  
171 contemplados os dois prazos.” Yuri Rafael de Oliveira Trovão, da assessoria da  
172 CMI: “Como o Dr. Lucas falou, nós estamos aqui diante de dois prazos  
173 diferentes. Uma coisa é o prazo regimental em relação às vistas. A outra coisa é  
174 o prazo que está previsto também no Regimento em relação à disponibilização  
175 do material para a reunião. Esse prazo a que agora a senhora se refere – sendo  
176 que o primeiro já foi muito bem explicado pelo Dr. Lucas – está previsto e já foi  
177 objeto, inclusive, de discussão da reunião anterior. Na reunião passada, nós  
178 citamos esse mesmo artigo a que a senhora se referenciou, sem fazer  
179 referência ao §2º. Vou lê-lo de novo. Artigo 20: ‘As reuniões ordinárias e  
180 extraordinárias serão convocadas por meio eletrônico e as suas pautas e  
181 respectivos documentos disponibilizados no site oficial do COPAM com  
182 antecedência mínima de 10 (dez) dias’. É o caput do artigo 20. O §2º  
183 excepciona isso: ‘No caso das reuniões extraordinárias, os prazos estabelecidos  
184 neste artigo poderão ser reduzidos para até 5 (cinco) dias.’ Os prazos em  
185 relação aos documentos disponibilizados, aos pareceres, foram antes. Foram  
186 disponibilizados até mesmo antes. O que estava havendo a discussão era  
187 justamente em relação ao pedido de vista. Salvo engano, o prazo em que foram  
188 disponibilizados os pareceres foi antes mesmo desse prazo de cinco dias,  
189 quando foi a convocação da reunião. E o Renato está colocando aqui em  
190 relação à reunião. São prazos diferentes. A senhora está só fazendo uma  
191 confusão em relação a isso.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo:  
192 “Não estou. A confusão não sou eu quem está fazendo nem o Fonasc. Acabou  
193 de dizer, o Renato, é ‘cinco dias’. Está aqui, o §2º. A questão não é se o  
194 conselheiro tem que enviar o parecer de vista em até cinco dias, não estamos  
195 entrando nesse mérito. Mas o que significa, que é tratada a questão dos cinco  
196 dias, porque o próprio documento que você leu, Sr. Yuri, é ‘até cinco dias’.  
197 Então, a pergunta do Fonasc, no âmbito da equidade, é: por que até cinco dias  
198 o Parecer Único da Supram ou Suppri sobre a Anglo American foi entendido  
199 como dia 7? Foi colocado no dia 7, para uma reunião no dia 11. De 7 até o dia  
200 11 são cinco dias. Por que a disponibilização no prazo dos cinco dias, no caso  
201 do parecer de vista do Fonasc, não contemplou o mesmo regramento dos  
202 cinco dias para o Parecer Único? Porque, inclusive, se fosse igual ao Parecer  
203 Único, o Fonasc teria direito de enviar esse parecer de vista – e os demais – no  
204 dia 18. Reparem: 18, 19, 20, 21 e 22. Então, nós estamos aqui tratando não é  
205 que o Fonasc está questionando até cinco dias o envio do parecer de vista. Nós  
206 estamos trazendo é que existe uma falta de equidade em ter atendido com os  
207 cinco dias. E por isso nós requeremos que haja, realmente, um posicionamento  
208 jurídico, assinado, trazendo os elementos até para a segurança jurídica e para  
209 que o Fonasc avalie como vai lidar com o fato de que nós entendemos que o

210 Fonasc foi lesado. Porque nós nunca iríamos mandar o parecer de vista no dia  
211 17 tendo o Estado colocado que seria uma excepcionalidade, porque o Fonasc  
212 não entende que tem que se abrir excepcionais em questões que são  
213 estabelecidas no Regimento Interno. Então, o Fonasc foi prejudicado, enviou no  
214 dia 15, porque o Estado não respondeu e tratou a questão dos cinco dias de  
215 forma diferente em duas instâncias relacionadas com esse licenciamento.  
216 Vamos aguardar. Nós queremos o argumento jurídico da Advocacia, do setor  
217 jurídico, com essa questão muito bem colocada, porque não existe justificativa,  
218 e essa que foi dada, realmente, não tem o menor nexa.” Presidente Renato  
219 Teixeira Brandão: “Conselheira, nós temos aqui a assessoria jurídica desta  
220 mesa, que fala com relação ao regimento. Se o Fonasc entende que foi lesado  
221 e que quer fazer esse questionamento, o Fonasc pode mandar para o secretário  
222 o questionamento. Nós estamos abertos. Mas o que nós temos que entender é:  
223 no âmbito desta Câmara, a senhora quer propor uma moção com relação a  
224 esse esclarecimento? Porque nós precisamos pontuar as colocações e os  
225 esclarecimentos feitos aqui, mas, se a conselheira entende que quer um pedido  
226 adicional, ou a conselheira encaminha, via sua instituição, esse pedido formal  
227 ou nós podemos deliberar aqui junto à Câmara se vai ser feito esse  
228 questionamento. Vai ser trazido aqui pela assessoria jurídica o entendimento –  
229 que foi colocado, inclusive no e-mail, que foi copiado para a maioria dos  
230 conselheiros – de que são dois artigos diferentes e que se aplicam prazos  
231 diferentes. Agora, eu pergunto à conselheira: a conselheira quer propor uma  
232 moção no âmbito desta Câmara ou vai fazer esse questionamento, oficialmente,  
233 pela instituição?” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “O Fonasc  
234 trouxe essa questão para que conste da ata, na íntegra. As respostas dadas  
235 tanto pela assessoria do Gabinete quanto pelo assessor Yuri, no entendimento  
236 do Fonasc, não fazem sentido, porque não responderam à questão chave, que  
237 é: ‘cinco dias’. Porque ele respondeu que ‘cinco dias’ não contam o dia da  
238 reunião. Aqui foi respondido que os cinco dias contam o dia da reunião. E nós  
239 temos duas situações claras: o Parecer Único, em que os cinco dias contaram o  
240 dia da reunião e o dia do envio; e mais uma questão clara, que o parecer de  
241 vista do Fonasc não pôde ser enviado. Então, não é uma questão de moção, o  
242 Fonasc está requerendo uma manifestação jurídica da SEMAD sobre o que é a  
243 questão dos cinco dias. Só para completar, ele colocou que uma justificativa é  
244 que tem uma questão administrativa, que é de segunda a sexta. Repita para  
245 mim, por favor.” Lucas Alpoim de Araújo, da assessoria do Gabinete da SEMAD:  
246 “Pela Lei do Processo Administrativo estadual, os atos processuais são  
247 praticados de segunda a sexta-feira, dentro do horário de repartição. A  
248 excepcionalidade, conselheira, se deve ao fato de que, para acolher o vosso  
249 pleito de maior tempo de manifestação, abriu-se a possibilidade de que a  
250 devolução do parecer de vista dessa representação fosse encaminhada no  
251 domingo, para fins de que houvesse cinco dias para conhecimento dos  
252 conselheiros e da sociedade sobre o que foi colocado por vossa representação.”

253 Yuri Rafael de Oliveira Trovão, da assessoria da CMI: “Só retificando, mais uma  
254 vez, com todo respeito, conselheira, tem que ler o que está previsto no  
255 regimento. Igual o Dr. Lucas já colocou, em relação ao material disponível para  
256 a reunião, o artigo 20 está muito claro, está lá escrito ‘incluídos os dias da  
257 publicação e da reunião’.” Não é entendimento meu, está escrito no artigo 20.  
258 São prazos diferenciados, porque está escrito de forma diferente no artigo 20:  
259 ‘incluídos os dias da publicação e da reunião’.” Conselheira Maria Teresa Viana  
260 de Freitas Corujo: “De novo.” Presidente Renato Teixeira Brandão:  
261 “Conselheira, eu vou pedir só para nós passarmos por esse tema, porque aí, se  
262 a conselheira quer um pedido escrito...” Conselheiro Ricardo Goulart Castilho de  
263 Souza: “Eu ia fazer a mesma proposta que o presidente fez. Como é um  
264 entendimento jurídico, e a conselheira Maria Teresa não está satisfeita com o  
265 esclarecimento jurídico e ela tem todo o direito de não concordar – aí depois ela  
266 tem que apresentar as contrapartidas em relação à discordância dela –, eu  
267 sugiro que o que o presidente falou seja feito por conta do Fonasc: presente,  
268 de novo, os esclarecimentos feitos na Câmara em relação à discordância do  
269 Regimento, e apresente um novo documento para que tenha um formal  
270 posicionamento da Secretaria e do COPAM.” Conselheira Maria Teresa Viana  
271 de Freitas Corujo: “O Fonasc vai fazer isso, só que nós já fizemos outras  
272 demandas ao Estado. Já temos um ofício protocolado, há muitos meses, sobre  
273 a questão do impedimento nas Câmaras, e não obtivemos resposta. Eu falei  
274 aqui nessa reunião que dois requerimentos que tinham a ver com essa reunião  
275 não foram sequer respondidos. Então, não é que não vamos fazer. É por isso  
276 que nós avaliamos importante trazer aqui nesta reunião e com o conhecimento  
277 dos demais conselheiros. O Fonasc não teve retorno. Não significa que nós não  
278 vamos continuar formalizando ao Estado. O Fonasc está requerendo um  
279 parecer jurídico sobre qual é o entendimento dos cinco dias. Porque houve uma  
280 situação concreta em que esses cinco dias foram atendidos de forma distinta. É  
281 isso.” Presidente Renato Teixeira Brandão: “Como os outros dois  
282 esclarecimentos fazem parte da pauta desta reunião, eu posso até passar por  
283 eles, que vão ser tratados no âmbito desta reunião. Nós temos os  
284 esclarecimentos com relação aos dois e-mails encaminhados pela conselheira.  
285 Com relação à disponibilização do local, é um local onde acontecem as  
286 reuniões do Conselho. Há mais de dez anos, os conselheiros se reúnem nesse  
287 local. Esta reunião foi uma reunião com participação pública, mas é limitada e  
288 vai ser sempre limitada à capacidade do local. Então, é por isso que nós  
289 mantivemos e temos mantido, pelo menos nos últimos dez anos, as reuniões  
290 deste Conselho aqui. Com relação à proposição da conselheira de convite de  
291 pessoas a essa discussão, nós não acatamos e não vamos acatar o pedido da  
292 conselheira em função de também não estender. A conselheira já incorporou ao  
293 relato de vista o parecer apresentado, e nós vamos ter, efetivamente,  
294 oportunidade aqui de discussão de todo o parecer que foi colocado pela  
295 instituição, e nós vamos, efetivamente, fazer as discussões. Eventualmente,

296 com pedidos de esclarecimentos, com solicitações, as pessoas podem se  
297 manifestar, como nós fazemos no trâmite normal dos processos aqui. Então,  
298 nós vamos manter esse padrão que vimos adotando desde que o Conselho  
299 retornou aqui para as Câmaras Técnicas votarem os processos. Então, os dois  
300 esclarecimentos são próprios para serem trazidos na reunião, e isso nós  
301 estamos trazendo aqui.” Conselheiro Ricardo Goulart Castilho de Souza: “Eu  
302 gostaria de comunicar à Câmara de Atividades Minerárias com relação à  
303 denúncia feita pela conselheira Teca na última reunião, no dia 11/12, sobre um  
304 barramento da AngloGold Ashanti, denominado Rapaunha. Está sendo  
305 protocolado lá embaixo, agora, uma resposta em relação à denúncia. Os laudos  
306 que a empresa colocou são laudos da empresa em relação à estabilidade do  
307 barramento, que não tem nenhum problema, que a empresa cumpre toda a  
308 norma brasileira, inclusive internacional, que a AngloGold vem fazendo.  
309 Portanto, o barramento da Rapaunha é estável, não corre risco de rompimento.  
310 Sendo assim, a denúncia realizada é completamente inverídica. Como qualquer  
311 barramento no Estado de Minas Gerais, ele está sendo muito bem verificado,  
312 como todos os outros. E ratifico aqui que foi protocolada a resposta em relação  
313 à denúncia da conselheira Teca. Que é uma preocupação não só do Estado de  
314 Minas Gerais como do governo federal e do DNPM. Foi feita fiscalização, o  
315 DNPM tem uma norma específica para barragens, hoje, junto com o Ministério  
316 de Minas e Energia. Então, todas as empresas associadas ao Sindicato da  
317 Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais vêm cumprindo a normatização  
318 mineira e brasileira. Eu deixo uma cópia para a Câmara, para disponibilizar.”  
319 Presidente Renato Teixeira Brandão: “Ok. Nós vamos disponibilizar como um  
320 documento desta reunião. Tem sido prática nesta reunião do Conselho a  
321 inscrição no item 3. Nós não estamos aqui cerceando o direito, mas eu vou  
322 pedir aos interessados. Nós temos um item que chama ‘Comunicados e  
323 Assuntos Gerais’ e temos os itens de votação. Eu acho que trazer itens que são  
324 relacionados a itens que estão pautados, eu vou pedir para todos, de forma  
325 geral, para ser sucinto e até deixar a discussão para o item de pauta respectivo.  
326 Eu estou falando de forma geral, porque isso tem sido colocado na Câmara,  
327 mas eu acho que nós devemos. Se temos uma pauta para discutir, e os itens  
328 são de discussão dessa pauta, nós devemos discutir no item correto.” Ana  
329 Flávia Moreira Santos: “Meu nome é Ana Flávia Moreira Santos, sou professora  
330 de antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisadora do  
331 Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (Gesta/UFMG). Eu gostaria só de  
332 informar ao Conselho que eu fui a pessoa, na verdade, a quem a conselheira  
333 Maria Teresa convidou, fez o requerimento para prestar esclarecimentos a esta  
334 Câmara. Eu soube do requerimento porque ele foi enviado com cópia para o  
335 meu e-mail, e eu respondi, na verdade, me disponibilizando, me colocando à  
336 disposição da Câmara. Eu gostaria só de informar que eu não recebi nenhuma  
337 resposta do requerimento. E só também me colocar, mais uma vez, à  
338 disposição.” Presidente Renato Teixeira Brandão: “Deixa eu também fazer o

339 esclarecimento, porque eu trouxe as questões aqui na reunião, que eram  
340 pertinentes à reunião. Mas, professora, inclusive, o que nós temos feito, para  
341 também não fugir, é fazer a discussão e aproveitar todas as pessoas que  
342 podem participar, os especialistas que geralmente vêm, para elucidar dúvidas  
343 colocadas pelos conselheiros. Com certeza, como o relatório que a senhora fez  
344 e o grupo da senhora fez está integrando o relato de vista da conselheira Maria  
345 Teresa, nós, com certeza, teremos oportunidade de discutir com a senhor. Eu já  
346 a agradeço, inclusive, pela disposição de estar aqui, e, com certeza, a senhora  
347 vai poder colocar as questões. Nós temos um item do Regimento, que é uma  
348 excepcionalidade, e estamos conseguindo conduzir, com vários atores, o  
349 Ministério Público e outros atores, dentro desse fluxo. Mas eu já agradeço a  
350 participação da senhora, como agradeço a participação de todo mundo que vem  
351 aqui, geralmente, a esta Câmara, especialistas, para fazer os esclarecimentos.”  
352 Edmar Eufrásio: “Meu nome é Edmar Eufrásio, eu sou hidrogeólogo da  
353 Votorantim Metais, em Vazante. A imprensa deu notícia que a senhora  
354 conselheira falaria sobre o tema aqui. Para quem não conhece, o  
355 empreendimento da Votorantim Metais é uma mina subterrânea de grande porte  
356 em uma área cárstica, no município de Vazante. É uma área cárstica, uma área  
357 toda particular, com riscos e um cenário ambiental diferente, diferenciando. A  
358 mina, é necessário fazer o desaguamento do aquífero. Esse empreendimento  
359 está na cidade de Vazante desde a década de 60. A mina subterrânea está  
360 atuando desde a década de 90. Ela tem hoje uma série de estudos, ela está  
361 muito bem estudada. A empresa é, constantemente, fiscalizada e tem hoje em  
362 dia todas as licenças necessárias para estar operando. Com relação ao exposto  
363 pela senhora conselheira sobre o rio Santa Catarina, realmente, toda a região  
364 Noroeste de Minas – Paracatu; em Vazante não é diferente – vem sofrendo com  
365 uma crise hídrica nos últimos quatro anos. O rio Santa Catarina também vem  
366 sofrendo. Isso se agravou bastante. Agora no último ano, de 2017, realmente,  
367 teve um trecho de aproximadamente 7 km que ficou seco. Essas figuras da  
368 apresentação da senhora conselheira, inclusive, são figuras que o  
369 empreendedor mostrou em visita do CBH Paracatu e da Supram ao local.  
370 Então, realmente, nós estamos passando por essa condição. A Supram NOR,  
371 em visita ao empreendimento, solicitou um estudo a respeito de todas essas  
372 condições que estão ocorrendo, diferentes, rio seco, ocorrência de dolinas, crise  
373 hídrica. Então, já foi protocolado agora, em dezembro, o estudo que foi  
374 solicitado à Supram NOR cruzando todas essas informações. Em paralelo, o  
375 Ministério Público, conforme colocado, já abriu um inquérito civil. O  
376 empreendedor está conversando com o Ministério Público no sentido de como  
377 vai ser o estudo adicional que vai ser feito, qual vai ser o escopo, como vai ser.  
378 Eu gostaria até de convidar todos os conselheiros que se disponham, que  
379 quiserem ir ao empreendimento conhecer a situação. Eu deixo até aqui uma fala  
380 do Sr. Oswaldo, presidente do CBH Paracatu, que estava lá na mina  
381 conversando, vendo a situação. Ele disse para nós: ‘A notícia é maior do que o

382 fato'. Mas nós gostaríamos aqui de colocar, com clareza, que o empreendedor  
383 está fazendo de tudo com toda transparência para deixar tudo bastante definido.  
384 E deixo aqui o convite para todos conhecerem.” Lúcio Guerra Júnior: “Meu  
385 nome é Lúcio Guerra Júnior, sou de Conceição do Mato Dentro e hoje também  
386 sou conselheiro aqui da CMI igual a vocês. Eu já participei também da URC  
387 Jequitinhonha como conselheiro e com alguma coisa também eu tenho a  
388 colaborar aqui. Em relação ao que está posto da convocação para esta reunião,  
389 em relação ao limite de vagas para participação. Agora, parece que foi  
390 disponibilizado para 170 pessoas. Nós entendemos que, devido à demanda, às  
391 vezes, até de mais pautas junto, nós entendemos que é pouco. Então, nós  
392 solicitamos do Estado a verificação talvez desse espaço. Porque lá na URC  
393 Jequitinhonha, inclusive, foi alterado o local, passou para ser em ginásio. Então,  
394 nós pedimos essa avaliação para que não seja cerceado o direito das pessoas  
395 de se manifestarem. E também como expediente do Estado, durante os cinco  
396 dias úteis da semana, têm acontecido audiências públicas em feriados e finais  
397 de semana e em horários que fogem ao horário de expediente do servidor  
398 público, marcado para 6h, 7h da noite. Então, tudo que convém ao Estado é  
399 feito da maneira que o favorece e, de certa forma, prejudica a participação da  
400 comunidade. Inclusive, o Parecer Único foi disponibilizado, dentro do  
401 Regimento, a 5h e poucos da tarde. Está certo, está correto, mas prejudica o  
402 andamento da comunidade em relação a esse processo, que foram 459 folhas,  
403 se não me engano, para, em quatro dias, a pessoa ter o conhecimento para  
404 poder se manifestar. Eu não vou entrar no mérito da questão do licenciamento  
405 da AngloGold, mas é uma coisa que precede esta reunião, inclusive. É com  
406 muita tristeza que eu vejo pautado esse item da Anglo American como está  
407 posto. Porque se vocês pegarem o Parecer Único de 2008, em que esse projeto  
408 teve a sua concepção aprovada, se vocês lerem o Parecer Único, vocês verão  
409 que era um projeto para não ser instalado em Conceição. Mas, diante de uma  
410 atitude política do Estado, de desenvolvimento, foi concedida uma autorização  
411 para que fosse instalado lá. E a prefeitura, naquela época, teve uma  
412 participação nesse trabalho dessa instalação. Eu vou ler um trechinho que está  
413 escrito no EIA/Rima de 2008 e que depois foi reproduzido no Parecer Único  
414 também de 2008. ‘Dentre as ações empreendidas, destaca-se a elaboração de  
415 um EIA/Rima preliminar, o qual foi submetido e discutido, junto ao município de  
416 Conceição do Mato Dentro, por representantes da sociedade civil e  
417 organizações não governamentais. Com base nessas discussões, houve  
418 diversas reformulações no projeto original do empreendimento como, por  
419 exemplo, a alteração do método de disposição de pilha de estéril, de forma a  
420 reduzir os impactos sobre propriedades rurais próximas à mina permitindo a  
421 recuperação parcial do perfil da serra do Sapo’. Isso que está posto aqui, que  
422 iria voltar o estéril para dentro da cava, inclusive revegetando com canga e,  
423 possivelmente, tendo a disposição de outro aquífero, mesmo que em uma  
424 posição mais baixa, da maneira que isso está posto neste Parecer Único e no

425 EIA/Rima de 2015, isso que foi construído lá atrás está rasgado. Então, essa é  
426 a minha manifestação de que o município de Conceição do Mato Dentro, do que  
427 autorizou lá atrás, não está sendo respeitado. Para terminar, o Codema, que,  
428 naquela época de 2008, participou ativamente, dessa vez, em 2015, foi  
429 restringido a ter o acesso ao EIA/Rima. Então, o município de Conceição –  
430 apesar de estarem com a anuência aí –, eu digo aos senhores que não tem o  
431 conhecimento pleno do que está discutido aqui. É só essa minha manifestação.  
432 E eu gostaria que os conselheiros se ativessem, quando for discutida a matéria,  
433 para esse e outros pontos em relação ao município e à biodiversidade.”  
434 Presidente Renato Teixeira Brandão: “Nós estamos discutindo aqui prazos de  
435 disponibilização de documentos. Só registrar para os conselheiros que não  
436 podemos confundir alguns prazos, alguns horários que são próprios de  
437 legislações específicas. O que nós trazemos para a questão do Regimento aqui  
438 é o que está escrito no Regimento. Nós temos a assessoria jurídica aqui e a  
439 assessoria da SEMAD para esclarecer as questões do Regimento. Nós não  
440 podemos confundir prazos do Regimento com outros prazos ou outras regras  
441 para audiências públicas e outras questões.” Conselheira Maria Teresa Viana  
442 de Freitas Corujo: “Eu queria registrar só que essa nova disposição me chamou  
443 muito a atenção. É como se estivessem querendo trazer uma proteção total a  
444 nós, tanto é que estamos cercados aqui. E eu acho que, em termos de  
445 segurança, não foi bem observada. Eu não sei qual foi a justificativa para essa  
446 mudança tão radical, inclusive porque, se aqui houver uma emergência e se  
447 tivermos que sair, os espaços aqui são mínimos. E na realidade a sensação que  
448 eu tive foi assim: quiseram pôr os conselheiros todos protegidos de alguma  
449 coisa. E eu já trouxe aqui em uma reunião: existe também uma falta de  
450 equidade, até nesse sentido, no tratamento com as questões. Eu estava aqui  
451 quando foi a votação de Maravilhas III, lá na URC, tinha 250 funcionários da  
452 Vale, não havia nenhuma barreira com os conselheiros. Esses funcionários  
453 ficaram atrás de nós, ocuparam todos os espaços. O Fonasc vem requerendo  
454 que haja equidade do Estado nas questões ambientais, porque isso é violar  
455 direitos.” Presidente Renato Teixeira Brandão: “Conselheira, as mudanças  
456 colocadas pela secretaria executiva vêm tentando trazer o espaço para melhor  
457 formatação. Nós estamos tentando esse formato para verificar como a reunião  
458 vai acontecer. Esse formato foi adotado nas reuniões que estão acontecendo  
459 durante a semana toda aqui neste Conselho. É um teste do Estado para  
460 verificar essa questão. Preza pela segurança, sim, porque aqui também tem o  
461 acesso diferenciado que pode ser utilizado, aqui por trás. Então, nós temos  
462 algumas questões de segurança que estão sendo colocadas, que nós temos  
463 que adaptar o espaço. O espaço tem que ser adaptado, e nós estamos fazendo  
464 esses testes. Então, qualquer mudança colocada aqui tem o intuito de melhorar  
465 o trabalho deste Conselho, que passa por adaptações. Esse é um espaço que  
466 nós estamos adaptando constantemente para essas questões. Então, é no  
467 intuito de somente melhorar, de contribuir para essa questão.” Conselheiro

468 Newton Reis de Oliveira Luz: “É curiosa essa observação da conselheira Teresa  
469 Corujo. Nós temos participado de todas as reuniões, desde o início daqui. Pelo  
470 que me conste, eu não faltei a nenhuma e tenho acompanhado. Já estive  
471 também em audiência pública. O que nós podemos perceber é o seguinte.  
472 Quando nós temos a participação de representantes de empresas – e não só  
473 dessa empresa que foi mencionada pela conselheira, mas de outras também –,  
474 são participações lícitas, justas, porém de uma forma civilizada, o que,  
475 infelizmente, não aconteceu na reunião anterior. Inclusive, eu estava no relato  
476 de vista e tive que interromper o relato de vista pelo nível de perturbação que  
477 houve. Eu acho é lícita a participação. Está sendo respeitada aqui a  
478 oportunidade de participação. Se o número não é suficiente, então, tem que se  
479 procurar achar uma forma adequada para que possam todos participar. Mas eu  
480 não vejo aqui impedimento para que a comunidade possa se manifestar. Mas o  
481 que, de alguma forma, nos traz um certo desconforto é estar aqui exercendo  
482 uma função, para nós, particularmente, honorífica, mas uma função pública, a  
483 que nós nos colocamos aqui à disposição para colaborar, mas, por outro lado,  
484 estamos nos vendo impedidos de tocar a nossa reunião. Se há manifestação  
485 com faixas, com presença de pessoas, não há nenhum problema. O que não  
486 pode, no meu modo de ver, é aquela barulhada, aquela manifestação ruidosa e  
487 também, de alguma forma, ofensiva, as pessoas provocando no sentido de se  
488 aproximarem de conselheiros, se aproximarem de participantes aqui com o  
489 intuito mesmo de intimidar. Essa não é a razão que eu penso que seria a melhor  
490 participação.” **4) EXAME DA ATA DA 17ª REUNIÃO.** Item retirado de pauta e  
491 remetido à próxima reunião em virtude da impossibilidade de disponibilização da  
492 ata no prazo regimental. **5) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE**  
493 **LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM LICENÇA DE INSTALAÇÃO. 5.1)**  
494 **Anglo American Minério de Ferro Brasil S/A. Lavra a céu aberto com**  
495 **tratamento a úmido, minério de ferro. Conceição do Mato Dentro e**  
496 **Alvorada de Minas/MG. PA 00472/2007/008/2015, DNPM 830.359/2004.**  
497 **Classe 6. Apresentação: Suppri e Supram Jequitinhonha. Retorno de vista:**  
498 **conselheiros Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, Paula Meireles Aguiar,**  
499 **Guilherme Augusto Duarte de Faria e Júlio César Neri Ferreira.** Item retirado  
500 de pauta pela Presidência. Presidente Renato Teixeira Brandão: “Só  
501 ressaltando que o item 5.1 vai ser retirado de pauta. ‘Ontem, em comum acordo  
502 com o Ministério Público de Minas Gerais, a empresa e o Poder Executivo  
503 decidiram pela realização de reuniões técnicas para elucidação de dúvidas que  
504 persistem e trazidas por parte da sociedade civil previamente à deliberação da  
505 licença. Para que isso se viabilize, a SEMAD, primando pelo diálogo, entendeu  
506 por bem retirar o processo de pauta, comprometendo-se a retorná-lo já no  
507 próximo mês’. Esse é o comunicado com relação à questão da retirada de pauta  
508 do item 5.1.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Diante da  
509 decisão, o Fonasc entende que – isso estava no nosso parecer – são tantas as  
510 pendências e tantas informações, inclusive complementares que vieram sendo

511 solicitadas... O Fonasc não está entendendo que já está marcada uma data de  
512 retorno em janeiro. Inclusive, se é necessário, e o Estado vem demandando,  
513 isso nós vimos no processo: muita informação complementar foi pedida, nos  
514 últimos dois meses, inclusive, depois da audiência pública. Então, o Fonasc  
515 quer registrar e depois vai ver como formalizar ao Ministério Público, a quem  
516 participou do entendimento, que não há como se pautar de novo, correndo.  
517 Porque é uma questão de estudos e informações que estão faltando e que têm  
518 que ser devidamente tratados, inclusive de controle ambiental. É muito  
519 importante a decisão tomada de ter retirado de pauta, mas é muito inaceitável  
520 que já se esteja afirmando e garantindo que vai voltar na próxima reunião, que  
521 seria em janeiro. Que fique constando, e nós vamos ver que providências tomar  
522 a respeito.” **6) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE**  
523 **ALTERAÇÃO DE CONDICIONANTE DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 6.1)**  
524 **Companhia Brasileira de Alumínio (CBA). Lavra a céu aberto sem**  
525 **tratamento ou com tratamento a seco, minerais metálicos, exceto minério**  
526 **de ferro. São Sebastião da Vargem Alegre e Guiricema/MG. PA**  
527 **00309/1996/174/2007, DNPM 830.660/1980. Condicionante nº 20. Classe 5.**  
528 **Apresentação: Supram Zona da Mata. Retorno de vista: conselheiros Maria**  
529 **Teresa Viana de Freitas Corujo, Paula Meireles Aguiar, Guilherme Augusto**  
530 **Duarte de Faria e Júlio César Neri Ferreira.** Alteração de condicionante  
531 aprovada por unanimidade, com abstenção do Fonasc, nos termos do Parecer  
532 Único. A Presidência registrou nove votos favoráveis ao Parecer Único.  
533 Declaração de abstenção de voto - Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas  
534 Corujo: “Abstenção pela impossibilidade de ter olhado esse item de pauta.”  
535 Transcrição das manifestações que antecederam a votação deste processo.  
536 Presidente Renato Teixeira Brandão: “Eu pergunto se, neste item que nós  
537 vamos discutir agora, algum conselheiro tem algum impedimento ou suspeição  
538 para votar. Não tendo nenhuma manifestação, nós entramos no item. Eu vou  
539 pedir para a conselheira Maria Teresa apresentar. Só para ela registrar. Por  
540 favor, conselheira.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “O  
541 Fonasc não conseguiu preparar o parecer de vista diante do prazo que foi  
542 realmente, praticamente, de quatro dias. Diante do processo de licenciamento  
543 da Anglo American, que demandava e era realmente de uma grande magnitude.  
544 E nós queremos registrar que, quando colocamos que o Fonasc vem sendo  
545 violado no seu direito na competência desta Câmara, esse é um exemplo claro.  
546 O Fonasc tem feito questão de conhecer os processos, de se manifestar, de  
547 fazer seus pareceres de vista com critério para contribuir no âmbito da proteção  
548 ambiental e da sociedade, e não ter feito um parecer de vista por essas  
549 questões é, no entendimento do Fonasc, muito grave. E nós lamentamos,  
550 principalmente, em relação a essa região. Já passaram outros processos sobre  
551 o município de São Sebastião de Vargem Alegre e Guiricema dessa mesma  
552 Companhia Brasileira de Alumínio. Embora seja só uma alteração de  
553 condicionante de Licença de Operação, o Fonasc lamenta não ter tido

554 oportunidade de olhar isso devidamente.” Conselheira Paula Meireles Aguiar:  
555 “Para deixar claro que nós estamos julgando alteração do prazo de uma  
556 condicionante de uma Licença de Operação e, literalmente, pegar o prazo da  
557 condicionante e adequar à legislação ambiental. Então, é uma coisa muito  
558 simples, e nós temos que ater a discussão a isso, é isso que está pautado aqui.  
559 O nosso parecer foi entregue tempestivamente, ele é de acordo com a  
560 adequação do prazo da condicionante ao prazo da DN específica de educação  
561 ambiental, que é a DN 214, nos termos do parecer da Supram. É algo  
562 extremamente simples. E eu queria registrar o custo altíssimo para o Estado e  
563 até para o próprio empreendedor de ter que deslocar toda uma equipe da  
564 primeira vez para pautar esse processo e agora novamente, e não termos nem  
565 um retorno de vista. Mas, tudo bem, o meu parecer foi disponibilizado e é nos  
566 termos do parecer da Supram.” Conselheiro Ricardo Goulart Castilho de Souza:  
567 “Da mesma forma. Faço das palavras da Paula as minhas palavras. Em relação  
568 ao nosso parecer, nós fizemos em conjunto. Eu concordo com o que a  
569 conselheira Paula falou. Então, nós nos atemos ao parecer da Supram.”  
570 Conselheiro Newton Reis de Oliveira Luz: “Nós que frequentamos esta Câmara  
571 de Mineração, tanto na fase anterior, em diversas vezes, sem, absolutamente,  
572 desconsiderar o pedido de vista da conselheira, muitas das vezes, se temos a  
573 presença aqui seja da equipe técnica da Supram e de representantes da  
574 empresa, é bem possível esclarecer dúvidas em relação a isso. Então, pelo  
575 menos, a tentativa. Se não for possível esgotar nos esclarecimentos feitos pelos  
576 representantes da equipe técnica da Supram e também dos representantes da  
577 empresa, então, sim, permaneça, então, o relato de vista. Mas, muitas das  
578 vezes, eu já participei de outras reuniões em que as dúvidas foram dirimidas  
579 aqui no âmbito da reunião do Conselho. Então, dispensaria esse processo ser  
580 repautado em uma nova reunião para trazer-nos de volta aqui para discutir. E  
581 sempre considerando o meu caso, que represento um conselho de  
582 profissionais. Como engenheiro, nós entendemos que a empresa, sem  
583 desconsiderar os aspectos de preservação, de sustentabilidade ambiental, mas  
584 também tem as decisões que a empresa precisa para poder tocar em frente. Os  
585 resultados têm sido apresentados aqui. Nós temos 12 conselheiros, nós somos  
586 12 conselheiros, e os resultados têm sido bastante consistentes. Não precisa  
587 repetir aqui o resultado obtido aqui nas votações. Então, o setor público está  
588 aqui representado, a sociedade civil, da qual eu faço parte, também está aqui  
589 representada, e todos nós com o direito de expressar a nossa posição. E os  
590 resultados têm sido consistentes. Não precisa repetir aqui quais os valores que  
591 têm sido nas últimas reuniões. Então, eu gostaria que a Presidência se  
592 manifestasse em relação a isso, sem, absolutamente, desconsiderar a  
593 possibilidade de qualquer um de nós aqui, respeitando o regimento, de pedir  
594 vista do processo.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Eu pedi  
595 a palavra porque foi mencionada a questão de o Fonasc pedir vista. O  
596 conselheiro do Crea esqueceu um detalhe. Ele falou que nas reuniões têm os

597 técnicos das Suprams e as empresas. Nós estamos tratando aqui de  
598 licenciamentos ambientais em lugares com pessoas e ambiente. Então, aqui  
599 não estão as pessoas dos territórios. O Fonasc é a única ONG que representa a  
600 sociedade civil. Então, quando o Fonasc pede vista, conselheiro, é porque,  
601 nesse meio-tempo, nós tentamos localizar, fazemos contato com as pessoas  
602 dos territórios, para que elas possam opinar. Porque licenciamento ambiental  
603 não pode continuar envolvendo só técnicos do Estado, empresas, e decidir. É  
604 por isso, é um direito legítimo. O Fonasc vai manter a sua posição para poder  
605 cumprir seu papel da melhor forma possível. Porque, quando era nas URCs,  
606 que era regional, ainda era mais fácil para as comunidades, para as  
607 organizações, estarem acompanhando essas reuniões. Agora, é em Belo  
608 Horizonte. Então, quando se tem aqui licenciamentos Norte, Sul, Leste, Oeste,  
609 o Fonasc comunica ao Ministério Público que estamos com esses processos de  
610 vista, que estamos com os documentos, se tiverem contribuições. Nós tentamos  
611 localizar quem não conhecemos ou ver aonde estão nos territórios, para que se  
612 possa cumprir, realmente, o artigo da Constituição Federal que diz que compete  
613 ao Estado e à coletividade proteger o meio ambiente. Então, não podemos  
614 continuar colocando o Fonasc sendo questionado por pedir parecer de vista,  
615 porque existem, sim, uma razão e uma justificativa, e a sua resposta, realmente,  
616 de que tem empresa e tem técnicos, então, se pode decidir. Não se tem aqui a  
617 sociedade, e por isso o Fonasc dá um tempo para fazer esse contato.”  
618 Conselheiro Ricardo Goulart Castilho de Souza: “Eu só gostaria de dizer que,  
619 em parte, eu concordo com a conselheira, que aqui representa a sociedade.  
620 Mas o que o conselheiro Newton pediu é que tem ‘vista’ e ‘vista’, e a vista é  
621 regimental. Mas pedir vista em uma decisão de adequação da condicionante de  
622 prazo para discutir a tal condicionante que nós pedimos aqui eu acho que  
623 também é desnecessário. Mas é um direito da senhora representando a  
624 sociedade aqui. É só esse registro. E eu gostaria que fosse constado em ata  
625 também a fala de todos que fizeram parte do início desta reunião. Que conste,  
626 na íntegra, na ata desta reunião, por gentileza. Aqueles que se inscreveram e  
627 falaram.” Conselheiro Newton Reis de Oliveira Luz: “Eu gostaria de esclarecer,  
628 Maria Teresa, que em nenhum momento eu disse que o Fonasc não pode se  
629 manifestar. Não foi isso que eu disse. Pelo menos, no meu entendimento, não é  
630 essa a expressão. Eu já participei, inclusive, com outros representantes da  
631 sociedade civil ligados a entidades ambientais da sociedade civil com a  
632 participação – sem nenhuma crítica – muito mais proativa. Nós, inclusive, já  
633 fizemos visita, em regiões. Por exemplo, quando houve o acidente lá em Rio  
634 Pomba, foi o representante junto. Com iniciativa da própria Secretaria de Meio  
635 Ambiente, nós estivemos no local, com participação. Então, a minha solicitação  
636 é que a participação das organizações não governamentais ambientais também  
637 possa ser de uma forma mais proativa. Por exemplo, quando nós fazemos as  
638 reuniões com os empreendedores – eu já insisti nisso aqui –, não é cooptação  
639 do empreendedor, é para buscar entendimento. E a sua posição, representando

640 o Fonasc, sempre tem sido ‘não vamos participar’, ‘não quero participar de  
641 esclarecimento da empresa’, ‘eu vou fazer através do pedido de vista’. Tudo  
642 bem, perfeitamente, é possível ser feito, como está sendo dada oportunidade ao  
643 Fonasc de fazê-lo. Porém, quando nós fazemos essas reuniões, por iniciativa  
644 do empreendedor de esclarecer, nós temos muito mais tempo do que temos  
645 aqui nos 5 ou 10 minutos que são limitados pelo Regimento Interno. Então, nós  
646 conseguimos esclarecer, tirar dúvida e, muitas das vezes, contribuir até com  
647 sugestões e críticas em relação ao que eles estão apresentando. ‘Desse jeito,  
648 nós não concordamos e não vamos participar da aprovação deste ou daquele’.  
649 Então, o que eu estou colocando... Eu pediria que respeitasse a minha posição  
650 aqui como conselheiro. Quanto for dada a oportunidade, a senhora vai falar. Por  
651 favor. Então, é o seguinte, é nessa linha que eu estou dizendo. E eu não estou  
652 aqui pela primeira vez não, eu já estou aqui há muito tempo, então, já vi  
653 participação muito mais proativa. Não estou, de jeito nenhum, impedindo nem  
654 colocando qualquer restrição. Eu estou dizendo o seguinte. Se há possibilidade  
655 de esclarecimento, por que nós vamos retardar o licenciamento? Que pode  
656 beneficiar também a comunidade. Por que não?” Presidente Renato Teixeira  
657 Brandão: “Conselheira, eu vou pedir. Nós estamos seguindo o Regimento. Não,  
658 por favor. Nós vamos seguir o rito aqui para a questão do Conselho. Eu  
659 pergunto aos conselheiros: alguém tem mais alguma consideração nesse item  
660 de pauta? Não, conselheira, eu vou encerrar a discussão, a senhora vai me  
661 desculpar. O conselheiro Newton colocou uma questão que é para a  
662 Presidência. Eu vou responder e vou passar para o item de pauta que nós  
663 estamos discutindo. Conselheiro Newton, desde o início desta Câmara...”  
664 Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Renato, com licença.”  
665 Presidente Renato Teixeira Brandão: “Conselheira, por favor.” Conselheira  
666 Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “O conselheiro Newton pediu, pela  
667 segunda vez, a palavra, e foi concedida.” Presidente Renato Teixeira Brandão:  
668 “A senhora vai falar pela terceira vez, conselheira?” Conselheira Maria Teresa  
669 Viana de Freitas Corujo: “Vamos rememorar? O conselheiro Newton colocou  
670 uma questão que envolvia o Fonasc pedir vista. Eu fiz uso da palavra e  
671 coloquei. O conselheiro Newton pediu, de novo, uso da palavra e voltou ao  
672 assunto. Eu estou com o direito de uso de palavra, eu tenho direito, como  
673 conselheira – e o Fonasc –, porque foi o conselheiro Newton que trouxe. Eu  
674 quero, então, encerrar e manifestar.” Presidente Renato Teixeira Brandão: “Eu  
675 quero encerrar a discussão com a palavra da Presidência, por favor.  
676 Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “O senhor está cortando a  
677 palavra...” Presidente Renato Teixeira Brandão: “Por favor, conselheira, por  
678 favor. Conselheiro Newton, esta Presidência tentou, desde o início, abrir a  
679 discussão de todos os itens de pauta antes dos pedidos de vista, mas isso não  
680 surtiu efeito. Os conselheiros que estão aqui desde o início, nós tentamos,  
681 regimentalmente, abrir uma discussão, trazer os técnicos aqui para prestar os  
682 esclarecimentos, e até, para um segundo momento de pedido de vista, que

683 essa discussão fosse enriquecida com as discussões que aconteciam aqui. Mas  
684 isso não foi possível, e nós temos que seguir o Regimento. Então, em função  
685 disso, nós temos tomado a postura de abrir para pedido de vista e não trazer a  
686 discussão aqui novamente. O conselheiro pediu esclarecimento. Eu acho que  
687 nós estamos em um ponto de pauta que não cabe essa discussão. Por isso, eu  
688 estou dando ela como encerrada, e nós vamos discutir o ponto em pauta. Algum  
689 conselheiro tem alguma consideração com relação a este processo? Não tendo,  
690 nós vamos abrir para as manifestações. Temos dois inscritos.” Oiti Vieira, da  
691 Companhia Brasileira de Alumínio: “Eu só queria aqui ratificar o nosso  
692 posicionamento a favor do Adendo ao Parecer Único da Supram Zona da Mata  
693 e me coloco à disposição para esclarecimentos.” Gabriela Silva, da Companhia  
694 Brasileira de Alumínio: “Apenas me colocar à disposição também para eventuais  
695 esclarecimentos.” Presidente Renato Teixeira Brandão: “Eu vou abrir também a  
696 palavra agora, então, para a equipe técnica da Supram, para prestar o  
697 esclarecimento que foi colocado.” Sandra Aparecida Moreira Scheffer, da  
698 Supram Zona da Mata: “Eu vim representar a equipe técnica e só mesmo  
699 ressaltar que a condicionante só foi, realmente, uma alteração. Foi até um  
700 equívoco da Supram ter colocado um prazo de 90 dias, porque a DN já  
701 preconizava esse prazo de 360. E foi somente essa correção, tendo ficado essa  
702 redação só mesmo de adequação de acordo com essas novas diretrizes da DN  
703 COPAM 214/2017.” Presidente Renato Teixeira Brandão: “Feitos os  
704 esclarecimentos, processo simples de alteração, eu pergunto se algum  
705 conselheiro tem alguma consideração, alguma dúvida ainda com relação ao  
706 processo. Não tendo dúvida, nós iniciamos o processo de votação do item 6.1,  
707 da Companhia Brasileira de Alumínio, com relação à alteração da condicionante  
708 nº 20. Aqueles conselheiros que estão de acordo com o parecer da Supram se  
709 mantenham como estão.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo:  
710 “Abstenção pela impossibilidade de ter olhado esse item de pauta.” Presidente  
711 Renato Teixeira Brandão: “Então, esse item foi aprovado por nove votos  
712 favoráveis e uma abstenção, da conselheira.” **7) PROCESSO**  
713 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE ADENDO AO PARECER ÚNICO DE**  
714 **RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 7.1) Holcim (Brasil) S/A. Lavra**  
715 **a céu aberto ou subterrânea, em áreas cársticas, com ou sem tratamento.**  
716 **Barroso/MG. PA 00163/1995/034/2012, DNPM 832.011/1999, 822.551/1971 e**  
717 **805.813/1975. Classe 6. Apresentação: Supram Zona da Mata.** Processo  
718 retirado de pauta com pedido de vista do Fonasc e vista conjunta solicitada pelo  
719 Ibram e o Sindiextra. Justificativas. Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas  
720 Corujo: “A justificativa é que o Fonasc, como representante da sociedade civil,  
721 entende a importância de ter acesso ao processo e de, nesse ínterim, ter mais  
722 tempo para conhecer o empreendimento, fazer contato com as organizações e  
723 lideranças ou quem estiver nos territórios. E por isso o nosso pedido de vista.”  
724 Conselheira Paula Meireles Aguiar: “Nós estamos bem tranquilos para votar,  
725 mas, considerando que temos um prazo adicional, nós vamos aproveitar para

726 nos aprofundar também.” Conselheiro Ricardo Goulart Castilho de Souza: “A  
727 minha justificativa é para aprofundar, da mesma forma que a Paula. Nós  
728 estamos tranquilos em relação ao parecer técnico e jurídico da Supram, mas  
729 nunca é demais para aprender.” **8) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA  
730 EXAME DE ALTERAÇÃO DE CONDICIONANTE DE LICENÇA DE  
731 OPERAÇÃO. 8.1) Minerita Minérios Itaúna Ltda. Lavra a céu aberto com  
732 tratamento a úmido, minério de ferro, pilha de rejeito/estéril e barragem de  
733 contenção de rejeitos/resíduos. Itatiaiuçu/MG. PA 00368/1989/039/2011,  
734 DNPMs 830.000/1989 e 831.987/2007. Classe 6. Condicionante nº 1.  
735 Apresentação: Supram Central Metropolitana. Processo retirado de pauta  
736 com pedido de vista do Fonasc e vista conjunta solicitada pelo Ibram e o  
737 Sindiextra. Justificativas. Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “A  
738 justificativa é a mesma dada, ainda mais que neste caso envolve também  
739 barragem de rejeito. Embora seja uma alteração de condicionante de Licença  
740 de Operação, é muito importante conhecermos, realmente, melhor o processo,  
741 ainda mais nessa região tão devastada pela mineração.” Conselheira Paula  
742 Meireles Aguiar: “A justificativa é a mesma. Lembrando, como já falou a  
743 conselheira, que estamos discutindo alteração de uma condicionante e que a  
744 discussão deve se ater a isso.” Conselheiro Ricardo Goulart Castilho de Souza:  
745 “A mesma justificativa, para poder esclarecer, principalmente nessa área  
746 trabalhada pela mineração nessa região.” **9) PROPOSTA DE AGENDA ANUAL  
747 PARA AS REUNIÕES DA CÂMARA DE ATIVIDADES MINERÁRIAS (CMI) DO  
748 COPAM PARA O ANO DE 2018. Apresentação: SEMAD.** Aprovado por  
749 unanimidade o calendário de reuniões da CMI para 2018, com a previsão das  
750 seguintes datas das sessões ordinárias: 19/1, 23/2, 23/3, 27/4, 25/5, 29/6, 27/7,  
751 31/8, 28/9, 26/10, 30/11 e 21/12. **10) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros  
752 assuntos a serem tratados, o presidente Renato Teixeira Brandão agradeceu a  
753 presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.**

---

### **APROVAÇÃO DA ATA**

---

754  
755  
756  
757  
758 **Renato Teixeira Brandão**  
759 **Presidente da Câmara de Atividades Minerárias**